

Notícias do dia 01 de novembro



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS



Terça-Feira, 1 de Novembro de 2022

Sumário

Número de notícias: 2 | Número de veículos: 2

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO

Plenário tem pauta com 34 matérias para apreciação nesta 3ª-feira.....3

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Plenário tem pauta com 34 matérias para apreciação nesta 3ª-feira.....5

Plenário tem pauta com 34 matérias para apreciação nesta 3ª-feira

Os 41 deputados da Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)** devem deliberar 34 matérias na reunião ordinária desta terça-feira, 1º de novembro, às 15 horas, no plenário Iris Rezende, do Palácio Maguito Vilela. Encontra-se em votação única um projeto da Governadoria do Estado e outro do Tribunal de Contas de **Goiás (TCE-GO)**. Há, também, uma proposta do Executivo em segunda fase de discussão e votação nominal. As matérias de autoria parlamentar, que constam na pauta prévia, são 31 no total, sendo 22 em primeira fase de discussão e as outras nove em votação definitiva.

Dentre os processos legislativos em pauta para votação definitiva, destaque para o projeto de lei nº nº 3824/19, de autoria do presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSD), que obriga, na execução do conteúdo programático do ensino fundamental e médio nas instituições de ensino da rede pública estadual, a realização de palestras sobre cidadania, com o enfoque em noções básicas sobre direitos e deveres dos cidadãos.

Segundo o teor da matéria, as palestras sobre cidadania serão ministradas por advogados indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil- seccional **Goiás (OAB - GO)** e subseções. Ainda, os palestrantes indicados pela OAB- GO não receberão qualquer remuneração para ministrar tais palestras.

Como explica o presidente, o objetivo é preparar a juventude para os desafios que o mundo moderno lhe reserva, despertando noções de cidadania para a construção de uma vida melhor e mais justa, além de gerar uma interação positiva entre a OAB e o poder público estadual.

"A escola é uma instituição que fornece o processo de ensino aos seus alunos e tem o objetivo de formar e desenvolver cada indivíduo em seus aspectos cultural, social e cognitivo. A disciplina em questão deve ser bandeira da educação dos professores e alunos dos ensinos fundamental e médio, estimulando a participação da juventude, melhorando de forma significativa a educação de **Goiás** e contribuindo para o desenvolvimento de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres", afirmou Lissauer.

Direitos Humanos

Também pode-se destacar a matéria protocolada com o nº 5484/21, de autoria da deputada Delegada Adriana Accorsi (PT), que estabelece a reserva de 50% das vagas de estágio, tanto para pessoas negras (pretas e pardas), quanto para indígenas ou quilombolas, nos programas de estágio nos órgãos públicos do Estado, bem como as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, pelo prazo de dez anos. A medida alcançará vagas de estágio na Assembleia Legislativa, Poder Executivo, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Tribunais de Contas, Tribunal Eleitoral.

Reza o projeto que, findados os dez anos, será promovida a revisão dessa ação afirmativa para acesso aos programas de estágios pelos estudantes definidos na proposta e, caso seja necessário, prorrogado por mais dez anos.

Adriana Accorsi frisa que proposta surgiu a partir de uma sugestão feita pela estudante Josileide Veras de Sousa, que ingressou em 2016 na Universidade Federal de **Goiás (UFG)**, para estudar Ciências Sociais, com habilitação em Políticas Públicas. No ano de 2017 fez estágio na **Alego**, e, em 2019, desenvolveu pesquisas para o Observatório de Ações Afirmativas. Em 2019 e 2020 desenvolveu dois projetos científicos no Programa Institucional de Iniciação Científica (Pibic), da UFG e, atualmente, é estagiária na Coordenadoria de Ações Afirmativas (CAAF - UFG).

A parlamentar enfatiza, ao defender a aprovação do projeto, que essa proposta como uma ação afirmativa não é um sistema de cotas permanente, mas, sim, temporalmente demarcado ao limite de dez anos, com possibilidade de renovação.

Na justificativa do projeto, a parlamentar destaca que o desemprego no Brasil, no ano de 2020, foi principalmente sentido pela população negra, sendo que a taxa de desemprego de pretos ficou em 17,8% e a de pardos 15,4%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Portal de Notícias G1. Com relação aos dados de **Goiás**, dessa pesquisa, no ano de 2017, o índice de desemprego é maior para a população de mulheres negras e se aprofunda ao passo que não ocorre a conclusão do ensino médio.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta terça-feira, 1º, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Fonte: Assembleia Legislativa de GO

Site: <https://www.gazetadoestado.com.br/plenario-tem-pauta-com-34-materias-para-apreciacao-nesta-3a-feira/>

Plenário tem pauta com 34 matérias para apreciação nesta 3ª-feira

Os deputados da Assembleia Legislativa de **Goiás** reúnem-se nesta 3ª-feira, 1º de novembro, a partir das 15 horas, no plenário Iris Rezende, do Palácio Maguito Vilela. Na pauta prévia da sessão ordinária híbrida constam 34 matérias. Têm destaque projetos sobre educação e direitos humanos. A sessão será transmitida ao vivo pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Os 41 deputados da Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**) devem deliberar 34 matérias na reunião ordinária desta terça-feira, 1º de novembro, às 15 horas, no plenário Iris Rezende, do Palácio Maguito Vilela. Encontra-se em votação única um projeto da Governadoria do Estado e outro do Tribunal de Contas de **Goiás** (TCE-GO). Há, também, uma proposta do Executivo em segunda fase de discussão e votação nominal. As matérias de autoria parlamentar, que constam na pauta prévia, são 31 no total, sendo 22 em primeira fase de discussão e as outras nove em votação definitiva.

Dentre os processos legislativos em pauta para votação definitiva, destaque para o projeto de lei nº 3824/19, de autoria do presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSD), que obriga, na execução do conteúdo programático do ensino fundamental e médio nas instituições de ensino da rede pública estadual, a realização de palestras sobre cidadania, com o enfoque em noções básicas sobre direitos e deveres dos cidadãos.

Segundo o teor da matéria, as palestras sobre cidadania serão ministradas por advogados indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil- seccional **Goiás** (OAB - GO) e subseções. Ainda, os palestrantes indicados pela OAB- GO não receberão qualquer remuneração para ministrar tais palestras.

Como explica o presidente, o objetivo é preparar a juventude para os desafios que o mundo moderno lhe reserva, despertando noções de cidadania para a construção de uma vida melhor e mais justa, além de gerar uma interação positiva entre a OAB e o poder público estadual.

"A escola é uma instituição que fornece o processo de ensino aos seus alunos e tem o objetivo de formar e

desenvolver cada indivíduo em seus aspectos cultural, social e cognitivo. A disciplina em questão deve ser bandeira da educação dos professores e alunos dos ensinos fundamental e médio, estimulando a participação da juventude, melhorando de forma significativa a educação de **Goiás** e contribuindo para o desenvolvimento de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres", afirmou Lissauer.

Direitos Humanos

Também pode-se destacar a matéria protocolada com o nº 5484/21, de autoria da deputada Delegada Adriana Accorsi (PT), que estabelece a reserva de 50% das vagas de estágio, tanto para pessoas negras (pretas e pardas), quanto para indígenas ou quilombolas, nos programas de estágio nos órgãos públicos do Estado, bem como as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, pelo prazo de dez anos. A medida alcançará vagas de estágio na Assembleia Legislativa, Poder Executivo, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Tribunais de Contas, Tribunal Eleitoral.

Reza o projeto que, findados os dez anos, será promovida a revisão dessa ação afirmativa para acesso aos programas de estágios pelos estudantes definidos na proposta e, caso seja necessário, prorrogado por mais dez anos.

Adriana Accorsi frisa que proposta surgiu a partir de uma sugestão feita pela estudante Josileide Veras de Sousa, que ingressou em 2016 na Universidade Federal de **Goiás** (UFG), para estudar Ciências Sociais, com habilitação em Políticas Públicas. No ano de 2017 fez estágio na **Alego**, e, em 2019, desenvolveu pesquisas para o Observatório de Ações Afirmativas. Em 2019 e 2020 desenvolveu dois projetos científicos no Programa Institucional de Iniciação Científica (Pibic), da UFG e, atualmente, é estagiária na Coordenadoria de Ações Afirmativas (CAAF - UFG).

A parlamentar enfatiza, ao defender a aprovação do projeto, que essa proposta como uma ação afirmativa não é um sistema de cotas permanente, mas, sim, temporalmente demarcado ao limite de dez anos, com possibilidade de renovação.

Na justificativa do projeto, a parlamentar destaca que o

desemprego no Brasil, no ano de 2020, foi principalmente sentido pela população negra, sendo que a taxa de desemprego de pretos ficou em 17,8% e a de pardos 15,4%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Portal de Notícias G1. Com relação aos dados de **Goiás**, dessa pesquisa, no ano de 2017, o índice de desemprego é maior para a população de mulheres negras e se aprofunda ao passo que não ocorre a conclusão do ensino médio.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta terça-feira, 1º, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/127995/plenario-tem-pauta-com-34-materias-para-apreciacao-nesta-3-feira>